

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.411.213 - MG (2018/0322510-0)

RELATOR : MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
AGRAVANTE : LETICIA AGUIAR MENDES
ADVOGADO : JANDIARA ROSA PASSOS E OUTRO(S) - ES007901
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
INTERES. : ANTONIO CARLOS FERNANDES
INTERES. : JOSE AMARO BOUZADA
ADVOGADO : JORGE HELENO SALES - MG049396

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO 3/STJ. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. VIOLAÇÃO AO ART. 1022 DO CPC/2015. FUNDAMENTAÇÃO DEFICIENTE. SÚMULA 284/STF. PRAZO DE EXECUÇÃO. PROCESSAMENTO DO RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULAS 282 E 356/STF. INTIMAÇÃO. INTIMAÇÃO. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULAS 282 E 356/STF. AGRAVO CONHECIDO PARA NÃO CONHECER DO RECURSO ESPECIAL.

DECISÃO

Trata-se de agravo em recurso especial interposto por LETICIA AGUIAR MENDES, contra decisão que inadmitiu recurso especial manejado contra acórdão proferido Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais assim ementado:

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - RECURSO ESPECIAL - OMISSÃO - OCORRÊNCIA - MULTA CIVIL - INTELIGÊNCIA DO ART. 12, INC. III, DA LEI DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - PARÂMETRO LEGAL - REMUNERAÇÃO DO AGENTE - FIXAÇÃO - MÍNIMO LEGAL - EFEITOS INFRINGENTES - POSSIBILIDADE.

Reconhecida a omissão no acórdão que deixou de se pronunciar sobre os limites da multa civil, segundo o disposto no art. 12, inc. III, da Lei de Improbidade Administrativa, é de se conferir efeitos infringentes aos embargos a fim de se adequar a condenação aos parâmetros legais.

Nas razões do recurso especial, fundamentado na alínea "a" do permissivo constitucional, o recorrente alega violação aos seguintes dispositivos legais: a) art. 1.022, II, do CPC/2015, sustentando negativa de prestação jurisdicional; b) arts. 525, §1º, III, §§12 e 14; 1.023, §2º; 1.030, III, todo do CPC/2015, aduzindo que "[...] evidente se mostra o interesse em recorrer da Suplicante que não foi intimada para apresentar Contra-Razões aos Embargos de Declaração Acolhidos e Providos com Efeitos Modificativos pela 8ª CÂMARA CÍVEL do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais" (e-STJ, fls. 1497/1515).

Contrarrazões apresentadas às fls. 1574/1578 e-STJ.

Decisão de inadmissão do recurso especial às fls. 1593/1596 e-STJ.

Agravo em recurso especial às fls. 1599/1622 e-STJ.

Contraminuta apresentada às fls. 1628/1629 e-STJ.

É o relatório. Decido.

É necessário consignar que o presente recurso atrai a incidência do Enunciado Administrativo 3/STJ: “Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC”.

Presentes os pressupostos de admissibilidade do agravo, passo a análise do recurso especial.

Cinge-se a controvérsia, conforme se extrai do acórdão recorrido, de ação civil pública por ato de improbidade administrativa ajuizada pelo Ministério Público do Estado de Minas Gerais em face, objetivando a responsabilização dos requeridos por suposta prática de contratação sim licitação.

Vale esclarecer que em momento processual pretérito os autos retornaram em duas oportunidades a origem.

Em um primeiro momento - REsp 1.210.756-MG - esta relatoria reformou o entendimento do Tribunal de origem para reconhecer a ocorrência do ato de improbidade, oportunidade em que determinou o envio do processo para que a instância "a quo" fixa-se as respectivas sanções relacionadas ao enquadramento da conduta no art. 11, da Lei 8.429/1992.

O Tribunal de origem, então, fixou a reprimenda de multa pecuniária de R\$ 1.000,00 (mil reais) para cada um dos requeridos.

A mencionada decisão foi objeto de recurso especial - REsp 1.525.511 - manejado pelo Ministério Público de Minas Gerais. No ensejo, foi determinado novo retorno dos autos à Corte de origem, uma vez que reconheci negativa de prestação jurisdicional, com o intuito de ser corrigido o critério de fixação da multa civil que deve seguir o parâmetro de quantitativo e não de valor fixo, como reza o art. 12, III, da Lei 8.429/1992.

Novamente o Tribunal "a quo" alterou sua conclusão, concedendo efeitos infringentes aos embargos de declaração e aplicando a multa civil em valor correspondente a uma vez da última remuneração recebida no exercício da função pública.

O presente recurso especial foi manejado por Letícia Aguiar Mendes em face da referida decisão, alegando, além da negativa de prestação jurisdicional, a tese de que não foi intimada para apresentar contrarrazões ao acórdão dos embargos que definiu o quantitativo da multa civil por determinação desta Corte Superior.

Antes de tudo, cumpre asseverar que o reconhecimento de repercussão geral pelo Supremo Tribunal Federal não enseja o sobrestamento dos julgamentos dos recursos especiais que se encontram do Superior Tribunal de Justiça, até porque na decisão de reconhecimento de Repercussão Geral, no AI 791.811, Tema 309/STF, não determinação para a suspensão dos feitos.

Pois bem. A alegada violação aos art. 1.022, II, do CPC/2015, pressupõe seja demonstrado, fundamentadamente, que: **(a)** a questão supostamente omitida foi tratada na apelação, no agravo ou nas contrarrazões a estes recursos, ou, ainda, que se cuida de matéria de ordem pública a ser examinada de ofício, a qualquer tempo, pelas instâncias ordinárias; **(b)** houve interposição de aclaratórios para indicar à Corte local a necessidade de sanear a omissão; **(c)** a tese omitida é fundamental à conclusão do julgado e, se examinada, poderia levar à sua anulação ou reforma.

Esses requisitos são cumulativos e devem ser abordados de **maneira fundamentada** na petição recursal, sob pena de não se conhecer da alegação por

deficiência de fundamentação, dada a generalidade dos argumentos apresentados.

No caso, os recorrentes apontam aduzem negativa de prestação jurisdicional sem explicitar, contudo, os diversos requisitos acima mencionados, o que inviabiliza o conhecimento do recurso, no ponto.

Dessa forma, aplica-se o disposto na Súmula 284/STF: "É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia".

No que tange o suposto malferimento dos arts. 525, §1º, III, §§12, 14; e 1.030, III, todos do CPC/2015, dispositivos legais que tratam, respectivamente, do cumprimento de sentença de obrigação de pagar quantia certa e dos processamentos dos recursos extraordinário e especial, observa-se pela leitura do acórdão recorrido que não houve apreciação pelo Tribunal de origem acerca das indicadas violações. Logo, fica impossibilitado o julgamento do recurso quanto ao ponto, por ausência de prequestionamento, nos termos das Súmulas 282/STF e 356/STF, respectivamente: *"É inadmissível o recurso extraordinário, quando não ventilada, na decisão recorrida, a questão federal suscitada"; "O ponto omissso da decisão, sobre o qual não foram opostos embargos declaratórios, não pode ser objeto de recurso extraordinário, por faltar o requisito do prequestionamento."*

Registre-se que a parte recorrente não opôs embargos de declaração com o fim de obter um pronunciamento pelo Tribunal *a quo* a respeito da questão

Efetivamente, para a configuração do questionamento prévio, não é necessário que haja menção expressa dos dispositivos infraconstitucionais tidos como violados. Todavia, é imprescindível que no aresto recorrido a questão tenha sido discutida e decidida fundamentadamente, sob pena de não preenchimento do requisito do prequestionamento, indispensável para o conhecimento do recurso.

A propósito:

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. INOVAÇÃO RECURSAL. VEDAÇÃO. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO. TARIFA PROGRESSIVA. FALTA DE PREQUESTIONAMENTO. DANO MORAL. NÃO OCORRÊNCIA E VALOR INDENIZATÓRIO. SÚMULA 7/STJ.

1. É vedada a inovação recursal, seja em sede de agravo regimental, seja em embargos de declaração, ante a preclusão consumativa. Precedente: AgRg no AREsp 247.288/PE, Rel. Ministro Humberto Martins, Segunda Turma, DJe 24/5/2013, AgRg no AREsp 304.572/AL, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 22/5/2013.

2. Não é possível o conhecimento de recurso em relação à questão que não foi tratada no acórdão recorrido ante a ausência do indispensável prequestionamento (Súmulas 282 e 356 do STF).

3. A análise da tese recursal relativa à ausência de dano moral e ao quantum indenizatório esbarra na impossibilidade de incursão na seara probatória na via especial, conforme disposto na Súmula 7/STJ.

4. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no REsp 1456933/RJ, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, julgado em 04/04/2017, DJe 11/04/2017)

Por fim, cabe esclarecer que é assente a orientação desta Corte Superior que mesmo as matéria de ordem pública deve satisfazer o requisito do prequestionamento

para acesso às instâncias superiores.

Assim, também fica impossibilitada a análise de suposta violação ao art. 1.023, §2º, do CPC/2015, tendo em vista que a Corte "a quo" não se manifestou a respeito da matéria, nem tampouco o recorrente cuidou de interpor embargos de declaração com o fim de obter o necessário enfrentamento da disciplina pela origem. Aplica-se, assim, os verbetes contidos nas Súmula 282 e 356/STF. A propósito (grifo nosso):

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CIVIL. ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA. AUTOMÓVEL. RESCISÃO DO CONTRATO. COBRANÇA INDEVIDA. MATÉRIA DE ORDEM PÚBLICA. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA. SÚMULA Nº 282/STF. DANO MORAL. VALOR ARBITRADO. RAZOABILIDADE. PARÂMETROS DO STJ. REPETIÇÃO DO INDÉBITO. MÁ-FÉ CONFIGURADA. SÚMULA Nº 7/STJ.

1. Recurso especial interposto contra acórdão publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

2. Ação de conhecimento com objetivo de anular contrato de financiamento de veículo com garantia de alienação fiduciária, na qual a parte ré foi condenada ao pagamento de indenização por danos morais no valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) e à restituição do indébito em dobro.

3. A análise da apontada violação do art. 485, VI, do CPC/2015 encerraria questão de ordem pública. É assente nesta Corte que mesmo as matérias de ordem pública devem observar o requisito do prequestionamento viabilizador da instância especial. Fica mantida a aplicação da Súmula nº 282/STF.

4. A indenização por danos morais deve ser arbitrada com fulcro na razoabilidade e na proporcionalidade, de modo que seu valor não seja excessivo a ponto de gerar o enriquecimento ilícito do ofendido nem se mostrar irrisório e, assim, estimular a prática danosa.

5. O Superior Tribunal de Justiça tem afastado a incidência da Súmula nº 7/STJ para reexaminar o montante fixado pelas instâncias ordinárias apenas quando irrisório ou abusivo, circunstâncias inexistentes no presente caso. Mantido o valor da indenização. Precedentes.

6. Configurada a má-fé, a restituição do indébito deve se dar em dobro. Conclusão que não pode ser revista ante o teor da Súmula nº 7/STJ. Precedentes.

7. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 1240834/SC, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 03/12/2018, DJe 06/12/2018)

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS. FALTA DE FUNDAMENTAÇÃO DO ACÓRDÃO RECORRIDO. INEXISTÊNCIA. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO A FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA. SÚMULA N. 182/STJ. PRESCRIÇÃO. QUESTÃO DE ORDEM PÚBLICA. FALTA DE PREQUESTIONAMENTO. DECISÃO MANTIDA.

1. Inexiste afronta aos arts. 131, 165 e 458, II, do CPC/1973 quando o acórdão recorrido analisou todas as questões pertinentes para a solução da lide, pronunciando-se, de forma clara e suficiente, sobre a controvérsia estabelecida nos autos.

2. É inviável o agravo previsto no art. 1.021 do CPC/2015 que deixa de

atacar especificamente os fundamentos da decisão agravada (Súmula n. 182/STJ).

3. Nos termos da jurisprudência pacífica desta Corte, ainda que se trate de matéria de ordem pública, é exigido o prequestionamento.

4. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no REsp 1414609/RS, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 03/12/2018, DJe 13/12/2018)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL - AÇÃO DE RESPONSABILIDADE SECURITÁRIA - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECLAMO. INSURGÊNCIA DA DEMANDADA.

1. No que respeita à tese relacionada com ao deslocamento da competência, incide os Enunciados 282 e 356, da Súmula do STF, ante a ausência de prequestionamento.

1.1. A Corte Especial tem se posicionado no sentido de que, na instância especial, é necessário o cumprimento do requisito do prequestionamento inclusive das matérias de ordem pública. Precedentes.

2. Conforme entendimento jurisprudencial firmado por esta Excelsa Corte, nas hipóteses em que não seja possível precisar o início exato da depreciação do imóvel, cujos danos ocorrem de maneira gradual e sucessiva, o termo inicial da prescrição da pretensão indenizatória securitária ocorre com a notificação da empresa seguradora. Incidência da Súmula 83/STJ.

3. Para superar as premissas fixadas pelo Tribunal de origem, a fim de reconhecer o implemento da prescrição da pretensão indenizatória, seria necessária uma incursão no acervo fático-probatório constante dos autos, hipótese que encontra óbice na Súmula 7/STJ.

4. Agravo interno desprovido.

(AgInt no AREsp 1009454/MG, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 27/11/2018, DJe 03/12/2018)

Ante o exposto, com fulcro no art. 932, III, do CPC/2015 c/c o art. 253, parágrafo único, II, *a*, do RISTJ, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 19 de fevereiro de 2019.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES

Relator